



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 091

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 31 DE AGOSTO DE 2005

ANO XXX

Nº 092

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 05 DE SETEMBRO DE 2005

ANO XXX

### Mesa Executiva

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PP

**ELIO RUSCH**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo .....	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição .....	Valdir Rossoni
PTB .....	Carlos Simões
PFL .....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Ademar Traiano
PMDB .....	Antonio Anibelli
PP .....	Cida Borghetti
PT .....	Tadeu Veneri
PDT .....	Barbosa Neto
PL .....	Mauro Moraes
PPS .....	Waldir Leite

### Representação Partidária

**PMDB** - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Braddock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **Sem Partido** - 03: Luiz Carlos Martins - Jocelito Canto - Mauro Moraes; **PL** - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 01: Carlos Simões.

**DIÁRIO Nº 091****SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva .....</b>	<b>02</b>
<b>Presenças .....</b>	<b>02</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>02</b>
<b>Ordem do Dia:</b>	
Discussão / Votação:	
1ª Discussão .....	03
Discussão Única (Indicações) ...	05
<b>Encerramento da Sessão Ordinária.....</b>	<b>06</b>

**DIÁRIO Nº 092****SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva .....</b>	<b>06</b>
<b>Presenças .....</b>	<b>06</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>06</b>
<b>Expediente:</b>	
Indicações .....	07
Requerimentos .....	07
Projetos de Lei .....	10
<b>Pequeno Expediente:</b>	
Dep. José Domingos Scarpellini ....	11
Dep. Barbosa Neto .....	12
Dep. Plauto Miró Guimarães .....	12
Dep. Elio Rusch .....	13
Dep. José Maria Ferreira.....	14
<b>Horário das Lideranças:</b>	
Liderança do PMDB:	
Dep. José Maria Ferreira .....	14
Liderança do PDT:	
Dep. Barbosa Neto .....	16
<b>Ordem do Dia:</b>	
Leitura do Expediente .....	17
Discussão / Votação:	
Redação Final .....	18
3ª Discussão .....	19
2ª Discussão .....	19
Discussão Única (Indicação).....	20
Requerimentos .....	20
<b>Encerramento da Sessão Ordinária.....</b>	<b>20</b>
<b>Transcrições .....</b>	<b>20</b>
<b>Publicações:</b>	
Comissão Executiva:	
Atos .....	22
Diretoria Geral:	
Portarias .....	22
Portarias DAT .....	23

**085ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 085ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
31 DE AGOSTO DE 2005**

*(quarta-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão secretariado pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Marcos Isfer.

**Presenças:**

Às dezesseis horas e trinta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Durval Amaral, Francisco Bühner, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Valdir Rossoni e Waldir Leite (37). Achando-se ausentes os Srs. Deputados Pedro Ivo Ilkiv, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, André Vargas, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Hermes Fonseca, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Padre Paulo Campos e Tadeu Veneri (15); em licença médica a Sra. Deputada Elza Correia e o Sr. Deputado Jocelito Canto (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

**Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

## **Ordem do Dia:**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não havendo expediente a ser lido, nem oradores inscritos, passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 37 Srs. Deputados.

## **Discussão/Votação**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### **1ª Discussão**

#### **ITEM 01**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 392/2005, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que altera a Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto de Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. (acrescenta inciso ao artigo 55 e item ao artigo 56). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 061/2005, de 15/06/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 392/2005

P A R E C E R :

#### **Relatório**

O projeto de lei acima epigrafiado de autoria do Deputado Alexandre Curi, tem como proposta “alterar a Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1.996, que dispõe sobre o Imposto de Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. (sic)

Em sua fundamentação o autor diz que “o atual texto da Lei nº 11.580/96, em seu artigo 55, parágrafo 1º, inciso IV alínea ‘a’, prevê a aplicação de multa de trinta por cento do valor do bem, mercadoria ou serviço, ao sujeito passivo que ‘deixar de emitir ou entregar documento fiscal em relação a bem, mercadoria ou serviço em operação ou prestação tributada, inclusive sujeitas ao regime de substituição tributária concomitante ou subsequente tratando com o mesmo rigor situações diversas, quais sejam, operações ou prestações em relação às quais houve a sonegação do tributo e operações nas quais houve a retenção antecipada do imposto em razão do regime da substituição tributária.

No primeiro caso, a não emissão ou entrega do competente documento fiscal influencia diretamente na subtração do imposto; no segundo caso, o imposto incidente sobre a operação ou prestação não documentada é de responsabilidade do substituto tributário não do contribuinte substituído.

Desta forma, com a aplicação da penalidade proposta estará sendo respeitado o princípio da proporcionalidade tributária.

Diz ainda, “a alteração proposta reduz a penalidade aplicada para dez por cento do valor do bem, mercadoria ou serviço para as operações ou prestações realizadas sob o regime da substituição tributária, em relação às quais não foi emitido o referente documento fiscal, pelo contribuinte substituído, qual seja, aquele que recebeu a mercadoria cujo imposto foi retido antecipadamente.

A segunda alteração presente neste projeto de lei eleva o valor de alçada para interposição de recursos de ofício da decisão favorável ao contribuinte em primeira instância, no curso do processo administrativo fiscal de instrução contraditória, para R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Com esta medida pretende-se atender, em especial, as disposições do artigo 2º da Lei Complementar nº 107, de 11 de janeiro de 2005, tornando o processo administrativo fiscal mais simples e ágil, ao reduzir procedimentos burocráticos desnecessários, principalmente levando-se em conta que a autoridade singular que julga processo, no caso o Delegado Regional da Receita, por estar mais próximo da situação de fato, tem boas condições de verificar a improcedência da medida fiscal.”

É o relatório.

#### **Fundamentação do Parecer**

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Deputado Autor, estando, portanto, presente o princípio da admissibilidade.

#### **Conclusão**

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 23.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 392/2005

P A R E C E R :

#### **Relatório**

O presente plano de lei é de lavra do nobre Deputado Alexandre Curi, que objetiva alterar a Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1.996, que dispõe sobre o Imposto de Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

#### **Fundamentação**

Tal matéria já foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça que exarou parecer favorável.

### Conclusão

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, conforme preceitua o parágrafo 3º, do artigo 33 do Regimento Interno, verificou que o projeto em tela, não encontrou nenhum impedimento quanto à sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Desta forma, o nosso parecer é favorável ao Projeto de Lei nº 392/2005.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.08.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

### ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 430/2005, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que institui o Dia do Doutor Daisaku Ikeda no Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 074/2005, de 01/08/2004).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 430/2005

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Alexandre Curi, institui o Dia do Doutor Daisaku Ikeda no Estado do Paraná.

Chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 30.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

### ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 435/2005, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública o Lar dos Velhinhos São João Batista de Moreira Salles, com sede em Moreira Salles e foro no Município de Goioerê. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 074/2005, de 01/08/2005).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 435/2005

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública o Lar dos Velhinhos São João Batista de Moreira Salles, com sede em Moreira Salles e foro no Município de Goioerê, Paraná.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 30.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

### ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 436/2005, de autoria da Deputada Elza Correia, que declara de Utilidade Pública a Associação Shekiná - Centro de Reabilitação do Deficiente Físico, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 074/2005, de 01/08/2005).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 436/2005

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria da Deputada Elza Correia, que declara de Utilidade Pública a Associação Shekiná - Centro de Reabilitação do Deficiente Físico, com sede e foro no Município de Londrina, Paraná.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 30.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

### ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 480/2005, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, institui o "Dia do Profissional de Educação Física" no Estado do Paraná, a ser comemorado anualmente no dia primeiro de setembro. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 081/2005, de 15/08/2005).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 480/2005

#### P A R E C E R :

#### Preâmbulo

O presente projeto de lei tem como escopo instituir o Dia do Profissional de Educação Física, a ser comemorado em dia que especifica, incluso no calendário de datas do Paraná.

#### Constitucionalidade e Legalidade

Quanto à iniciativa legislativa, não há nenhum óbice de caráter constitucional, visto que não há vedação legal e nem a iniciativa é privativa do Governador do Estado, disposto no artigo 66 da Constituição Estadual.

Além disso, o artigo 25, parágrafo 1º, da mesma Constituição Federal determina:

“Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º - São reservadas aos Estados as competências que não lhe sejam vedadas.”

Como não é vedada, conseqüentemente é autorizada pela Constituição Federal, visto que não há nenhuma disposição contrária a tal matéria, nem em âmbito constitucional e nem em âmbito infraconstitucional. Quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra nenhum óbice frente à Lei Complementar nº 95/98.

Desta forma, este relator opina pela aprovação do projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 23.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 482/2005, de autoria do Deputado Ailton Araújo, que declara de Utilidade Pública a Entidade Associação de Membros da Igreja do Evangelho Quadrangular, com sede em Araruna e foro em Peabiru. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 082/2005, de 16/08/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 482/2005

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Ailton Araújo, que declara de Utilidade Pública a Entidade Associação de Membros da Igreja do Evangelho Quadrangular, com sede em Araruna e foro em Peabiru.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 30.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 490/2005, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação Comercial e Empresarial de Porecatu - ACEP, com sede e foro no Município de Porecatu. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 083/2005, de 17/08/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 490/2005

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade

Pública a Associação Comercial e Empresarial de Porecatu - ACEP, com sede e foro no Município de Porecatu, Paraná.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 30.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 014/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera a redação do Regimento Interno da Escola do Legislativo aprovado através da Resolução nº 009/2003. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 081/2005, de 15/08/2005).**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 014/2005

#### P A R E C E R :

O Projeto de Resolução tem por objetivo alterar a redação do Regimento Interno da Escola do Legislativo, aprovado através da Resolução nº 009/2003.

A aprovação da presente proposição é necessária para viabilizar, de forma mais ágil e objetiva, a implantação da Escola do Legislativo da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, procurando aprimorar o seu funcionamento, que reverterá na qualidade do produto da atividade legislativa.

Sendo assim, a Comissão Executiva opina pela aprovação do Projeto de Resolução nº 014/2005, apresentando parecer favorável ao mesmo.

PALÁCIO “XIX DE DEZEMBRO” em 30.08.2005.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

#### *Discussão Única (Indicações)*

#### ITEM 09

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 033/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que sugere a alteração do salário-referência de R\$ 228,41 para R\$ 300,00, aos professores universitários aposentados. **Aprovado. (Publ. no DA nº 085/2005, de 23/08/2005).**

#### ITEM 10

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 034/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que sugere a criação do Quadro de Professor Senior no Ensino Superior do Paraná com aproveitamento dos professores aposentados. **Aprovado. (Publ. no DA nº 085/2005, de 23/08/2005).**

**Encerramento da Sessão:**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 221/2003 e do Projeto de Lei Complementar nº 118/2005.

3ª DISCUSSÃO - do Projetos de Lei nº 320/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 209, 392, 430, 435, 436, 480, 482, 490/2005 e do Projeto de Resolução nº 014/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 035/2005.

Levanta-se a Sessão.

**DIÁRIO Nº 092****SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva .....</b>	<b>06</b>
<b>Presenças .....</b>	<b>06</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>06</b>

**Expediente:**

Indicações .....	07
Requerimentos .....	07
Projetos de Lei .....	10

**Pequeno Expediente:**

Dep. José Domingos Scarpellini ....	11
Dep. Barbosa Neto .....	12
Dep. Plauto Miró Guimarães .....	12
Dep. Elio Rusch .....	13
Dep. José Maria Ferreira .....	14

**Horário das Lideranças:**

Liderança do PMDB:	
Dep. José Maria Ferreira .....	14
Liderança do PDT:	
Dep. Barbosa Neto .....	16

**Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente .....	17
Discussão / Votação:	
Redação Final .....	18
3ª Discussão .....	19
2ª Discussão .....	19
Discussão Única (Indicação) .....	20
Requerimentos .....	20

<b>Encerramento da Sessão Ordinária .....</b>	<b>20</b>
---	-----------

<b>Transcrições .....</b>	<b>20</b>
---------------------------	-----------

**Publicações:**

Comissão Executiva:

Atos ..... 22

Diretoria Geral:

Portarias ..... 22

Portarias DAT ..... 23

**086ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 086ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
05 DE SETEMBRO DE 2005**

(segunda-feira)

**Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, secretariado pelos Srs. Deputados Ademir Bier e Nelson Garcia.

**Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Francisco Bühner, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes, Natálio

Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaúcho e Valdir Rossoni (31). Achando-se ausentes os Srs. Deputados Geraldo Cartário, Reni Pereira, Ademar Traiano, André Vargas, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Tadeu Veneri e Waldir Leite (22); e em licença médica a Sra. Deputada Elza Correia (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

### ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### ***Expediente:***

### ***Indicação***

#### **INDICAÇÃO Nº 036/2005**

O Deputado Estadual abaixo assinado se dirige a esta Casa de Leis para sugerir a criação do Programa de Incentivo aos produtores que substituírem o plantio de fumo por outras culturas no âmbito do Estado do Paraná, conforme o disposto a seguir:

1. Fica criado o Programa de Incentivo aos produtores que substituírem o plantio de fumo por outras culturas.
2. Entre outros incentivos, constará do programa:
  - 2.1. Orientação e assistência técnica por 03 (três) anos;
  - 2.2. Fornecimento gratuito de sementes e insumos;
  - 2.3. Financiamento especial com parcelamento de 24 (vinte e quatro) vezes e carência de 24 (vinte e quatro) meses.

Sala das Sessões, em 05.09.2005.

(a) AILTON ARAÚJO

#### **JUSTIFICATIVA:**

Como já é sabido, o fumo é um dos grandes causadores de doenças de diversos tipos.

Estatísticas publicadas regularmente nos vários meios de comunicação comprovam que o tratamento de doenças causadas, direta ou indiretamente, pelo tabagismo aumenta consideravelmente o custo da saúde pública, quando não leva o usuário a óbito.

A indicação em questão, objetiva a criação de um programa de incentivos que motive os produtores de fumo a substituir essa cultura, por uma que não cause malefícios à população.

### ***Requerimentos***

#### **REQUERIMENTO Nº 2571**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário regime de urgência ao Projeto de Lei nº 527/2005, que proíbe o Poder Executivo de realizar contratos e repasse de recursos financeiros de publicidade junto a emissoras e programas de rádio e televisão e publicações que pertençam a políticos em mandato eletivo.

Sala das Sessões, em 05.09.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

#### **REQUERIMENTO Nº 2575**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 392/2005, item 05 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 05.09.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

#### **REQUERIMENTO Nº 2574**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais dessa egrégia Casa de Leis, votos de profundo pesar à família do Vereador Nelson Bertani, do Município de Pato Branco, pelo momento de grande tristeza na perda de sua progenitora Sra. Ângela Maria Bertani, que faleceu na data de hoje naquele Município.

Do aprovado requer ainda, seja enviado cópia à família enlutada, no endereço: Rua João Pessoa, 1028, Bairro Santa Terezinha - CEP 85.501-120 - Pato Branco - PR e também à Câmara Municipal de Pato Branco, A/C do Vereador Nelson Bertani, no endereço: Rua Araribóia, 491 - Cx. Postal 111 - 85.505-000 - Pato Branco-PR.

Sala das Sessões, em 05.09.2005.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

#### **JUSTIFICATIVA:**

A Sra. Ângela Maria Bertani, era esposa do comerciante Irineu Bertani (já falecido) e dessa união de muito amor teve sete filhos: Elena, Rosemari, Marinez, Maria de Lourdes, Osmar e Leandro e o companheiro e amigo Vereador Nelson Bertani, doze netos e um bisneto.

O casal foi um dos pioneiros do Município de Pato Branco. Chegaram na cidade em 1948, e com muito amor e trabalho criaram seus sete filhos. A Sra. Ângela, apesar das atribuições e responsabilidades do lar, ainda ajudava

o marido que tinha uma casa comercial de artefatos de couro. Pessoa muito querida do município, mãe e esposa dedicada, avó e bisavó amável e de grande entrosamento com a comunidade fez muitos amigos, deixando o exemplo de esposa e mãe a todos que tiveram a felicidade de conhecê-la.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por intermédio deste Deputado, apresenta aos familiares as mais sinceras condolências como forma de solidariedade e pesar neste difícil momento, rogando a Deus que conforte a todos.

#### REQUERIMENTO Nº 2584

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Yanina Blichaski Purcote (mais conhecida como Janine), 74 anos de idade, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos.

Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 05.09.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2585

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Henrique Stresser 71 anos de idade, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 05.09.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2572

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de votos de congratulações e aplausos aos organizadores do Fórum Futuro 10 Paraná, parabenizando pelo brilhante trabalho realizado desde o

início do mês de julho, no evento que se estende até 10 de dezembro.

Sala das Sessões, em 05.09.2005.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O Fórum Futuro 10 Paraná está reunindo, desde o início do mês de julho, lideranças de todo o Estado, para discutir propostas e projetos para o futuro do Paraná.

O evento destaca-se pela grande participação de lideranças, tanto da sociedade civil organizada, como das instituições políticas que de forma aberta e estratégica discutem os problemas e as soluções para as regiões do Estado.

A reunião do Oeste e Sudoeste do Estado realizada em Foz do Iguaçu, no último dia 25, se constituiu no exemplo do sucesso que esta iniciativa tem encontrado junto à população. Até o encerramento, que acontece no dia 1º de dezembro em Curitiba, o Fórum percorrerá oito cidades pólo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 2578

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ao Sr. Mario Trampetti, digno Cônsul Geral da Itália, diploma de Voto de Louvor e ainda a concessão do Pinhão do Paraná, pelos trabalhos desenvolvidos à frente do Consulado e pelas ações efetivadas em benefício do Estado do Paraná sobretudo nas áreas da Ciência, da Tecnologia, das Artes, da Agroindústria, através dos convênios e parceria com a República da Itália e ora em desenvolvimento no âmbito do Estado. Da menção honrosa seja comunicado o beneficiado e o Embaixador da Itália no Brasil.

Sala das Sessões, em 05.09.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

1) Endereço em Curitiba: Dr. Mário Trampetti: Rua Marechal Deodoro, 630/cj. 2101 - CEP 80.010-912 - Curitiba-PR.

2) Embaixador da Itália: Dr. Michele Valensise SES - Av. das Nações, lote 30 70420-900 - Brasília - DF.

#### REQUERIMENTO Nº 2579

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de aplausos e congratulações a Dom Moacyr José Vitti (Arcebispo Metropolitano de Curitiba), pelos relevantes serviços prestados na área religiosa e social do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.09.2005.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 2580

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o



douto Plenário, inserção de votos de aplausos e congratulações ao Sr. Ivo Schermak, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes e amigos.

Sala das Sessões, em 05.09.2005.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 2577

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Maurício Requião, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, solicitando a construção de uma quadra de esportes coberta no Colégio Estadual Presidente Costa e Silva, do Município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 05.09.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Desejamos, com a referida proposição, oferecida ao corpo discente do Educandário condições para a prática do desporto e aulas de educação física. O espaço também será utilizado para a realização de diversas atividades e eventos.

#### REQUERIMENTO Nº 2581

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de atender o pedido da Sra. Jocélia Maria Molari, residente à Rua João Ferreira nº 407 - Bairro Jardim Ceccon - Município de Campina Grande do Sul, que, em nome dos usuários do ônibus da linha N72 - Curitiba/Eugênia Maria, solicita o retorno de alguns horários que foram retirados no mês de julho.

Anexo seguem: a tal pedido, bem como os horários de maior movimento de usuários e os que se fazem necessários para que seja proporcionado um transporte coletivo que não gere tantos problemas.

Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 3679-3563.

Sala das Sessões, em 05.09.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2582

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores e trabalhadores do Bairro São Francisco, principalmente nas proximidades das "Ruínas" e da empresa Brasil Telecon. No local não há segurança, os assaltos são constantes, aumentando

ainda mais nos horários de saída dos funcionários dessa empresa, durante todo o dia e noite.

Sala das Sessões, em 05.09.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2583

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos pais de alunos do Colégio Estadual Anita Canet - Bairro Nações II - Município da Fazenda Rio Grande, que pedem que a Patrulha Escolar circule mais vezes nas proximidades desse colégio. Ocorrem muitas brigas entre os alunos e pessoas estranhas, colocando em risco todos os alunos e funcionários desse estabelecimento de ensino.

A presença de policiais certamente inibirá a ação dos mesmos, proporcionando maior segurança para toda a população.

Sala das Sessões, em 05.09.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2573

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, pedido de informações ao Presidente da COPEL, Sr. Rubens Ghilardi, sobre o preço da energia elétrica que vem sendo cobrado dos produtores rurais.

De acordo com o demonstrativo de gastos do Sr. Fermino José Jakuboski, proprietário de um aviário de 100 metros e de uma residência na localidade de Linha Nova Sessão, em Salto do Lontra, seu consumo anual de energia elétrica é de R\$ 5.467,45, o que representa um consumo médio mensal de R\$ 455,62. Sua receita bruta média por lote de frango é de R\$ 3.500,00. Dessa forma, o gasto com energia elétrica representa 20% de seu faturamento bruto. O aviário do produtor é equipado com seis exaustores, ventilação mínima, iluminação padrão e sistema de aquecimento à lenha com exaustor.

Nesse sentido, solicitamos avaliação por parte da COPEL de quais as razões para o alto custo cobrado aos agricultores, que reclamam que a energia rural é paga como energia comercial.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 05.09.2005.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

#### REQUERIMENTO Nº 2569

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa, do discurso proferido pelo Exmo. Sr. Governador Roberto

Requião, na abertura da Semana da Pátria, em 1º de setembro de 2005, nesta Capital.

Requer, ainda, que seja dado ciência ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.09.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

## ***Projetos de Lei***

PROJETO DE LEI Nº 534/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Professora Leni Marlene Jacob, com sede e foro na cidade de Guarapuava/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.09.2005.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

### **JUSTIFICATIVA:**

Em conformidade com a Lei nº 6994/78, que dispõe sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública de sociedades civis, associações e fundações constituídas no Estado do Paraná, estamos apresentando a presente proposição, para declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Professora Leni Marlene Jacob, de Guarapuava/PR.

A entidade tem por objetivo e finalidade discutir, no seu âmbito de ação, sobre ações de assistência ao educando, de aprimoramento do ensino e integração família-escola-comunidade, além da proteção e a representação legal dos associados, nas suas relações com os poderes públicos, no intuito de progresso e desenvolvimento social da comunidade.

Estando o projeto em conformidade com a legislação pertinente, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 535/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Programa de Valorização da Cidadania nas escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio.

Parágrafo Único. O Programa previsto nesta lei, tem por principal meta a indicação do perfil de cidadão que, tendo direitos e cumprindo deveres, contribua para uma sociedade mais justa.

Art. 2º O Programa tem por objetivo principal o da inclusão no currículo escolar das escolas abrangidas pelo artigo primeiro da presente lei, dos seguintes temas:

I - Família: com ênfase para a importância da unidade familiar para a sociedade.

II - Escola: com ênfase para a:

a) organização administrativa;

b) Associação de Pais e Mestres.

III - Comunidade:

a) o bairro;

b) o município;

c) o Estado;

d) o País.

IV - Legislação:

a) Estatuto da Criança e do Adolescente;

b) Direitos Humanos;

c) Constituições;

d) Lei Orgânica Municipal.

V - Direitos:

a) seleção dos principais;

b) indicação dos principais órgãos públicos responsáveis pelo encaminhamento de demandas.

VI - Cultura:

Valorização dos símbolos culturais.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado, em conjunto com os órgãos próprios vinculados aos poderes públicos no âmbito estadual, a adotar as providências cabíveis para o cumprimento do previsto, na presente lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.09.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

### **JUSTIFICATIVA:**

A presente proposta visa instituir o Programa de Valorização da Cidadania, que tem por objetivo principal a inclusão no currículo escolar das escolas públicas estaduais de temas importantíssimos para a formação do caráter dos alunos como: cidadania, família, administração da escola e sua importância na vida das pessoas, a comunidade em que vivemos; a legislação vigente colocando os fundamentos básicos para que os alunos tenham conhecimento sobre as regras que regem a sociedade e direitos do cidadão, para que os alunos possam exercer plenamente sua cidadania.

A proposta está amparada pelo princípio da moralidade, objetivando que dar transparência e boa informação na cultura escolar, para que possamos ter um futuro melhor às gerações.

Por se tratar de matéria de relevante cunho social e amplo alcance, pois atinge todos os alunos da rede pública de ensino, conclamamos todos os nobres Pares com assento nesta Assembléia Legislativa, para procederem o devido apoio ao projeto de lei em epígrafe.

PROJETO DE LEI Nº 536/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam os hotéis, restaurantes e similares, que possuam cardápios como meios informativos de seus produtos aos clientes, obrigados a produzir e dispor de exemplar na linguagem braille, para atendimento às necessidades dos deficientes visuais.

Parágrafo Único. Para efeitos desta lei, considera-se cardápio como sendo o encarte portfólio informativo do rol de produtos e serviços oferecidos habitualmente aos consumidores clientes dos estabelecimentos comerciais referidos no *caput* deste artigo.

Art. 2º Os estabelecimentos públicos ou privados, atingidos pela obrigação imposta por esta norma, terão o prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias para adequação ao preceito nela contido, a contar da publicação da lei.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente lei em 60 (sessenta) dias.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.09.2005.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

Apoiamento:

Ademir Bier, Francisco Bühner, Marcos Isfer, Arlete Caramês, Cleiton Kielse, Renato Gaúcho, Ailton Araújo, Nelson Garcia, Cesar Seleme, Padre Paulo Campos, Ademar Traiano, Elio Rusch, Jocelito Canto, Antonio Anibelli, Valdir Rossoni, Geraldo Cartário, Plauto Miró Guimarães, Waldir Leite, Ratinho Júnior, Neivo Beraldin, Hermes Fonseca, Artagão Júnior, Duílio Genari, Luiz Nishimori, Miltinho Pupio, Barbosa Neto, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Hermas Brandão, José Maria Ferreira, Carlos Simões e uma assinatura ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Muito tem-se falado sobre a importância da valorização do deficiente e formas de garantir igualdade de direitos para estes. Infelizmente, na prática, estamos longe de propiciar condições de independência e vida digna para quem a natureza impôs limitações. Diariamente, ouvimos as queixas e protestos de quem é impedido de entrar numa repartição pública ou instituição bancária, por que o prédio não possui elevador ou nem mesmo rampas de acesso. Isso sem falar na questão profissional, onde o acesso ao ensino já é um drama para quem goza da plenitude física.

Mas podemos também, abordar questões de fundo, que se não recebem enfoque da mídia, acarretam o mesmo nível de dificuldade e impossibilidade de acesso para a pessoa portadora de deficiência.

Nessa linha, a presente proposta busca oferecer ao deficiente visual o direito de acesso à informação, no caso, daquele que ao ir a um restaurante ou hospedar-se em um hotel não encontre maiores dificuldades, podendo ter acesso a um cardápio em linguagem braille.

Solicito apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei que ora apresentamos.

***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Com a palavra, no Pequeno Expediente, o Deputado José Domingos Scarpellini.

***Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)***

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Venho a esta tribuna para falar com indignação e perplexidade da irresponsabilidade do Governo que vitimou, no final de semana, mais de 150 crianças e adolescentes que participavam da feira cultural promovida pelo Governo Requião. Eles ingeriram alimentos na festa, começaram a passar mal, com ânsia de vômito, diarreia, dores abdominais e foram encaminhadas a duas Unidades 24 horas da rede municipal de saúde, com suspeitas de intoxicação alimentar.

Como pode, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tamanha irresponsabilidade? Será que a alimentação estava deteriorada? Será que não havia nenhum nutricionista em um evento que reúne mais de dez mil jovens e adolescentes? Será que não havia nenhum posto médico de emergência ao lado do Palácio Iguaçu para que pudesse atender, de imediato, essas crianças?

O Governador Roberto Requião e o Secretário de Saúde Cláudio Xavier precisam responder: por que fazem um evento de tamanha grandeza e não tomar as devidas precauções?

Por que só tiveram a preocupação eleitoreira, a preocupação de vender à mídia o Sete de Setembro e a Semana da Pátria; porque só pensaram em promoção pessoal e esqueceram que aquelas crianças são gente.

O que está sendo falado pela televisão oficial é mentira, propaganda enganosa. Essas e outras perguntas precisam ser respondidas pelo Governo.

Está tudo muito bem, está tudo muito bom, milhares de jovens espalhando a alegria pela praça e pela cidade, mas, e esses que foram acometidos de intoxicação alimentar como ficam? E seus pais e suas famílias, como podem confiar em mandar seus filhos para uma festa eleitoreira, irresponsável, como essa? Qual a segurança que os pais e as famílias podem ter?

É preciso ressaltar, aqui, a responsabilidade e dedicação da Secretaria Municipal de Saúde, principalmente a Unidade 24 horas do Boa Vista que atendeu a mais de cem crianças, deu os primeiros socorros, promo-

veu os exames necessários e aguarda o resultado para as providências também necessárias, mas esses resultados devem demorar e aí a festa eleitoreira continua, continua e continua.

Queremos resposta imediata dos responsáveis; queremos que o Governador Roberto Requião de Mello e Silva e o Secretário Cláudio Xavier respondam à sociedade esse absurdo que aconteceu na praça do Palácio Iguaçu, onde o Governador montou, ao estilo romano, ao estilo de César, pão e circo para o povo. As tendas estão lá montadas, o circo, o picadeiro, o palhaço oficial comandando, com seus arroubos, as piadas engraçadas lançadas contra o povo e contra todos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nem respeito às crianças e aos nossos jovens nós vimos! Queriam tirar todo o proveito eleitoral das comemorações de 07 de setembro, e deu no que deu: no circo, o palhaço servindo pão e comida podre para as nossas crianças!

Não foi nada engraçado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Barbosa Neto.

### ***Deputado Barbosa Neto (PDT)***

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados:

Torno-me até repetitivo ao subir à tribuna da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, mais uma vez, para falar sobre a questão da segurança pública. Não podemos deixar passar em branco os índices de pesquisas e de consultas que são feitas em nosso Estado, em comparação com outros Estados brasileiros.

Por exemplo, numa pesquisa nacional, o índice de morte por armas de fogo caiu no Brasil inteiro, depois de treze anos. Isto talvez seja resultado até da campanha do desarmamento que começou no ano passado, mas, aqui no Paraná, na contramão da tendência nacional, o Paraná registra aumento na ordem de quase 8% de pessoas que foram assassinadas, vítimas de armas de fogo. São dados que envergonham o Estado do Paraná, porque estamos sendo comparados aos Estados mais pobres da Federação brasileira. O Paraná tem hoje, índices de morte por armas de fogo comparáveis aos Estados no Norte e do Nordeste do Brasil, e nessa triste estatística nós ficamos em 4º lugar do País entre os que apresentaram crescimento de homicídios por armas de fogo. Perdemos para o Amazonas, Paraná e Rio Grande do Norte. Depois é o Paraná, o Estado do rico sul brasileiro.

O que será que acontece aqui com o Estado do Paraná? Já que foi aqui justamente que começou a campanha do desarmamento que serviu de modelo para todo o País?

E não é apenas isso, Sr. Presidente Pedro Ivo, Sras. e Srs. Deputados. Aqui não é um Deputado de Oposição que está falando, mas uma pessoa que constata os núme-

ros, que são frios. E contra os fatos não há argumentos que possam questionar o contrário.

Se isso não bastasse, o Paraná tem o menor índice de policiais do Sul e do Sudeste do Brasil. É outro motivo de vergonha para todos nós. Nós temos o menor índice de policial por grupo de habitantes. Perdemos para o Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul. Alguns Estados que têm, inclusive, uma população menor do que o nosso Estado, mas que tem o índice muito melhor, considerando até o que recomenda a ONU, que determina que há necessidade de se ter um policial para cada 350 habitantes.

Aqui, seria na ordem de dezessete mil. Este número é questionável inclusive pela própria categoria dos policiais militares. O governo diz que temos quatro mil policiais civis. Na verdade, os sindicatos dizem que são dois mil, 941 homens, mas, não está relacionada diretamente à questão da Segurança Pública, com o número de policiais por habitantes. Nós sabemos que o policiamento, quando presente, naturalmente faz com que se diminua a criminalidade, mas, nós precisamos de uma política inteligente, de uma polícia competente, com um diagnóstico claro sobre a criminalidade, o que lamentavelmente não temos ainda em nosso Estado, mesmo sabendo que o atual Secretário de Segurança Pública diz aos quatro ventos que temos aí o tal de geoprocessamento, que até agora não sabemos exatamente o que ou quais benefícios ele gera.

Nós queremos policiais preparados para servir uma sociedade moderna! Não podemos admitir que os policiais civis tenham que tomar conta de nove mil presos, que estão dentro das Delegacias e que não ingressaram no sistema prisional!

Era esse o relato que tínhamos a fazer na tarde de hoje: o Paraná, lamentavelmente, possui aí tristes números, recordes negativos no que tange ao número de pessoas assassinadas e, principalmente, no número de policiais por habitantes.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães.

### ***Deputado Plauto Miró Guimarães (PFL)***

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Chegou no limite máximo, Sr. Presidente, a tolerância da criminalidade na cidade de Ponta Grossa! Os pontagrossenses, os moradores dos Campos Gerais, não suportam mais! Diariamente, os meios de comunicação registram os boletins de ocorrência realizados pela Polícia Civil e o trabalho realizado pela Polícia Militar, só que a criminalidade aumenta, e pior, nós ligamos a televisão e o Governo do Estado do Paraná pagando mídia,

gastando 140 milhões de reais, mostra aos paranaenses que a Segurança Pública está uma maravilha. Isso é uma grande inverdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados!

Deputado Valdir Rossoni e Srs. Deputados, para vocês terem uma idéia, no ano inteiro de 2001, Ponta Grossa teve sete mil, 259 casos de crimes, que tiveram ocorrências registradas na Polícia Civil. O ano inteiro de 2001, e, para vocês terem uma idéia, só nos primeiros sete meses do ano de 2005, já se registrou um número maior que o ano de 2001 inteiro - sete mil, 333 ocorrências. Isso mostra que a criminalidade na nossa cidade corre à solta, e nós não podemos aceitar isso naquela cidade e em toda a região dos Campos Gerais.

Deputado Bradock, o senhor que é um pontagrossense também, a região de Uvaranas é a que mais violência tem, com um total de 594 ocorrências; a região de Oficinas, 379 ocorrências; a região da Nova Rússia, 427 ocorrências nesses primeiros sete meses!

Então, a situação realmente é caótica e temos aqui que registrar o protesto da cidade de Ponta Grossa, que não suporta mais ver o dinheiro sendo gasto na propaganda da televisão, para dizer que a Segurança no Paraná vai bem, sendo que a violência cresce nos quatro quadrantes do nosso Estado e a nossa Polícia Civil precisa de estrutura, a nossa Polícia Militar precisa de mais estrutura, precisa de mais policiais e a nossa cidade, quando o Governador, no mês de julho entregou 160 viaturas, o nosso Batalhão não recebeu nenhuma! Quando, no primeiro semestre do ano de 2005, o Governador Requião contratou um mil policiais, o Batalhão de Ponta Grossa e da 13ª não receberam nenhum policial! E o Governador mostra que, da forma que age, não gosta da cidade de Ponta Grossa, uma hora é o curso de Medicina, que ele fecha; outra hora é a falta de UTI's na nossa cidade, que ele diz que vai resolver e não resolve; outra hora é a criminalidade! Ele não investe! Os últimos veículos que foram para Ponta Grossa e para o nosso batalhão foram no governo anterior, ainda! Então, ele esqueceu, de fato, a nossa cidade.

Para vocês terem uma idéia, existem quatro tipos de grupos de criminosos. Basicamente existiriam na cidade esses grupos: o pequeno infrator que realiza furtos em supermercados, em varais de residências e têm como propósito a alimentação e a sua subsistência. Nessa classe, estão os desempregados, os adolescentes sem ocupações, as crianças desamparadas das suas famílias. Isto gera 20% dos crimes na cidade de Ponta Grossa.

No segundo grupo estão os usuários de droga. Eles praticam furtos de pequenos e médios portes, geralmente, nas residências, estabelecimentos comerciais e interiores de veículos, para obter produtos eletrônicos, como gravadores e CDs. Esses produtos são trocados posteriormente por maconha, cocaína, com traficantes intermediários. Os adolescentes das diferentes camadas sociais são a maioria nesse grupo, que são responsáveis por 50% dos crimes. O envolvimento com a droga gera 50% dos crimes e furtos na cidade de Ponta Grossa.

Na outra ponta, segundo levantamento feito pela 13ª Delegacia da Polícia Civil de Ponta Grossa, estão os infratores especializados que atuam de forma planejada com objetivos definitivos e os produtos que furtam têm comércio garantido - estão na classe que visam, principalmente, televisores, rádios, computadores e outros. Eles também arrombam caixas eletrônicos e furtam carteiras no interior de ônibus e são responsáveis pelos outros 30% dos crimes na cidade de Ponta Grossa.

Sr. Governador, quero chamá-lo e alertá-lo, e também ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná: Ponta Grossa e a região não suportam mais. Olhem! Não volte as costas à nossa cidade! Olhem, de frente e ajudem a nossa Polícia Civil e Militar a poder estar mais bem estruturada, para poder fazer frente a essa onda de crimes que lá acontece! Tirem um pouco desses 140 milhões de reais que o Governador está gastando em publicidade, para, através dos meios de comunicação, não contar a verdade! Tirem uma parte desses 140 milhões e investam nas Polícias Civil e Militar da nossa cidade de Ponta Grossa e da nossa região dos Campos Gerais!

Acorda, Governador! Acorda, Secretário da Segurança! Está na hora de enfrentarem a criminalidade no nosso Estado, porque vai muito mal!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Elio Lino Rusch.

### ***Deputado Elio Rusch (PFL)***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Uso da tribuna de hoje para discorrer sobre um assunto, que não foi abordado ainda na Assembléia Legislativa, referente ao plebiscito do dia 23 de outubro, quando os eleitores do Brasil vão às urnas dizer um sim ou não.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, nós temos que entender que o plebiscito é um referendo - em suma é a mesma coisa -, para ouvir a população se é a favor ou contra a venda de armas. Não tem nada a ver com o desarmamento, que foi votado em 2003, é o Estatuto do Desarmamento, e neste há as regras claras daquele que pode ou daquele que não pode comprar armas no mercado brasileiro.

Para comprar uma arma hoje no mercado brasileiro, as exigências são inúmeras. Tem que apresentar um número sem fim de certidões, todas que possam incriminar um cidadão: tem que ter um atestado comprovando que você frequentou o clube de tiros, tem que pagar taxa. Enfim, é uma exigência muito grande para adquirir uma arma no mercado brasileiro.

Quem é que compra armas no mercado brasileiro? É o cidadão de bem ou o bandido? O bandido adquire suas armas no mercado negro; as armas dos marginais

são importadas, quase na sua totalidade. E o cidadão de bem, o que vai fazer?

Como ficaria a situação do agricultor do Estado do Paraná e do Brasil? Qual é o meio de defesa que ele tem?

Vamos pegar a coisa mais simples. É normal, no interior do Estado, ter cachorro louco. E se tiver um cachorro desse na propriedade de um agricultor, como ele vai fazer a sua defesa? Esse cão avança em seus animais e até em sua família, e não pode fazer a sua defesa!

Estão vendendo uma enganação para a sociedade brasileira. Falam do desarmamento. É mentira! Não é verdade! O plebiscito apenas consulta a sociedade brasileira se é a favor ou contra a comercialização de armas de fogo no Brasil!

O que nos assusta é que o Governo vai gastar 570 milhões de reais para esse plebiscito, sabendo que o Estatuto do Desarmamento já impõe regras rígidas para a compra de uma arma.

Existem hoje 179 milhões de reais no orçamento, salvo eu esteja enganado, para segurança pública no Brasil. Não se gastou quase nada; agora vai se gastar 570 milhões para fazer o plebiscito, para saber se a população é a favor ou contra?

Vem a pergunta: a quem interessa a proibição da comercialização de armas no Brasil? Ao marginal ou ao homem de bem? Os marginais compram as armas aqui no nosso vizinho Paraguai, lá, qualquer loja comercializa armas!

Como ficarão as Polícias Militar e Civil? Como ficará o Exército Brasileiro? Todas essas instituições seriam obrigadas a importar armas? Se proibir a comercialização nem o Exército, nem a Polícia Militar e Civil, ninguém poderá comprar armas!

Vamos falar a verdade para a sociedade. Espero que nessa campanha que vai iniciar no dia 23 de setembro, possamos esclarecer à sociedade brasileira o que quer dizer referendo. Não é contra o desarmamento, mas apenas, única e exclusivamente, dizer um SIM ou um NÃO. E temo que orientar a sociedade que um NÃO, neste momento, fará um bem para a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito é o Deputado José Maria Ferreira.

**Deputado José Maria Ferreira (PMDB)**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Sr. Presidente Pedro Ivo, Srs. Deputados.

Já não era sem tempo, já se fazia necessário aqui nesta Casa a discussão do desarmamento.

Parabenizo o Deputado Elio Rusch, pelas colocações que fez na tribuna, porque precisamos parar de fazer campanhas e essas campanhas não serem verdadeiras. Até não questiono o valor da consulta, é até uma forma de a sociedade participar, se inteirar, discutir, conhecer

suas responsabilidades, conhecer seus valores e conhecer, sobretudo, que ela tem peso na sociedade. Acho importante o plebiscito, o referendo, as urnas. Agora, elas não podem ser mentirosas, não podem partir de uma premissa que esteja falseando a verdade e a realidade. E o que estamos vendo hoje? Estamos vendo hoje, um grupo que fala em nome do desarmamento, diz que vai diminuir a violência, mas é só comparar quem são os grandes responsáveis pelos assassinatos na nossa sociedade.

A nossa sociedade é uma sociedade violenta. A nossa sociedade é uma sociedade que está a desrespeitar e a mesquinhar a vida. Agora, não estão entre as pessoas que têm endereço, que têm emprego, que têm uma profissão, que têm constituído uma família regular; normalmente 90% ou mais dos assassinatos ocorrem entre dezesseis e 28 anos e não de pessoas que têm a arma registrada, que têm a arma legalmente constituída sob a sua posse; são de pessoas que já estão na clandestinidade, que já estão fora do processo legal da sociedade. Agora, o Estado, o Poder Público, eles não conseguem dar e oferecer “full time”, em tempo total, segurança ao cidadão, à sua família e ao seu patrimônio. Tanto é verdade que nós hoje observamos as empresas prestadoras de serviço de segurança crescerem, porque é um ramo excelente, gerando, efetivamente, grandes dividendos pela insegurança que reina na sociedade, e é parte responsável o Estado que não consegue oferecer a segurança.

Agora, se o Estado não garante a minha vida e não garante a vida da minha família, não garante o meu patrimônio, o patrimônio dos membros da sociedade, como é que pode o Estado retirar a possibilidade de o cidadão defender a si e à sua família? Quem está comprando arma da empresa que é registrada no DEAM, que tem registro, que exige um treinamento, que exige um exame psicológico, exige o exame de antecedentes na sociedade, esse não tem! Esse cidadão que tem boa conduta, uma conduta social, não, esse não tem porque tirar a arma da sua casa, porque não vivemos numa realidade única, Sr. Presidente!

O Sr. Nereu Moura (PMDB)

Deputado José Maria, V. Exa. poderia usar o Horário do PMDB para nos dar um aparte.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Muito obrigado.

Com a sua aquiescência, Sr. Presidente, eu usarei.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Por dez minutos.

**Passa a usar o Horário da Liderança do PMDB**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Muito obrigado.

Então, veja bem, quando o Estado não consegue oferecer esta situação, evidentemente que o cidadão precisa estar de posse dos meios de fazer a sua própria defesa. Um cidadão que mora numa chácara em Almirante Tamandaré, Colombo, Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, aonde ele não tem condições, Deputado Carlos Simões, de defender a sua família, se ela for atacada? Eu nem diria, talvez, que ele tenha sucesso, mas o Estado não pode tirar dele esta condição de defesa da sua família. O sucesso, se ele vai ter ou não, é uma questão de habilidade, é uma questão de oportunidade, é uma questão de efetivamente ele estar preparado.

Agora, o Estado não pode, a sociedade não pode impor esta responsabilidade ao Estado! Por isto, Deputado Nereu Moura, na minha região, faço questão de ir para debate, faço questão de ir para as Câmaras Municipais e colocar a minha idéia e acho que todos nós que pensamos desta forma, e mesmo os que pensam diferente, precisam ir, porque não podemos passar um recibo equivocado para a sociedade, e nós, enquanto liderança, estarmos cancelando este equívoco que a Nação está por perpetrar, porque é difícil, é complicado, porque aí fala - o senhor é vendedor de arma - não sou vendedor de arma e não sou belicoso, não carrego uma arma, não porto uma arma, mas na minha casa eu preciso ter o direito de defender aquele espaço. E mais ainda, Deputado, precisamos aumentar, e o Deputado Elio Rusch já disse, o rigor do estatuto é grande, mas não tem problema, podemos até aumentar este rigor. O que não podemos ficar é indefesos.

#### **O Sr. Nereu Moura (PMDB)**

Permite um aparte, Deputado?

Deputado José Maria, V. Exa. e o Deputado Elio Rusch abordam um assunto palpitante no dia de hoje, um tema que vai tomar conta do debate nacional já, porque vai ter transmissão, inclusive, pela televisão, o debate do SIM e do NÃO.

A nossa Bancada do PMDB quando fez uma reunião há dias atrás, fechamos questão de trabalhar pelo NÃO, não ao desarmamento, porque quem vai ser desarmado vão ser as pessoas de bem, porque a bandagem vai continuar armada. E hoje o que acontece? Até psicológica, pedagogicamente, se um agricultor, lá do interior de Ibiporã, não tem arma em casa, o bandido não vai à sua propriedade cometer o crime, porque tem medo de que o agricultor tenha arma. Agora, no momento em que o agricultor não tenha mais o direito de ter a arma, o bandido sabe que ele não a tem e vai praticar o delito.

Então, no nosso entendimento, o Governo tem, sim, metodologia, mecanismo. O Governo possui maneira de controlar a venda de armas e hoje no Paraná, Deputado Bradock, não tem mil pessoas que tenham porte de arma, não tem, porque já houve uma dificuldade enorme para ter o porte de arma, inclusive o candidato tem que se submeter a um teste psicológico, a um teste de tiro, proficiência.

Então, eu, Deputado José Maria, acho que há muita demagogia no ar, porque este assunto acaba, na verdade, agradando a grande massa de manobra e é mais simpático trabalhar para o SIM do que para o NÃO.

O NÃO, no nosso entendimento, é pela razão, é para salvar a vida, pois os bandidos, os criminosos, os delinquentes, os meliantes, continuarão armados porque vão comprar no Paraguai, vão roubar, vão fabricar, vão montar fabriquetas de armas e vão ter arma, enquanto as pessoas de bem vão estar desarmadas, e portanto, suscetíveis a serem vítimas da ação criminosa.

Então, parabeno V. Exa. por abordar este assunto, como também ao Deputado Elio Rusch, porque é um assunto palpitante.

#### **O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)**

Agradeço o aparte e inclusive o Horário da Liderança do PMDB.

Com a palavra o Deputado Bradock, para o aparte, e na sequência o Deputado Augustinho Zucchi.

#### **O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB)**

Nobre Deputado José Maria, queria cumprimentá-lo pela coragem de defender o NÃO, nesse grande equívoco de propaganda do Governo Federal, de algumas pessoas que acham que desarmando a população, a criminalidade baixa. Não tem a ver criminalidade com desarmamento! Na Austrália foi feito o desarmamento e a criminalidade aumentou em 37%. Londres é a cidade mais violenta da Europa e a população foi desarmada. Washington é a cidade mais violenta dos Estados Unidos e lá é proibido o porte de arma, não a posse, o porte.

Quero cumprimentar também o Deputado Elio Rusch que também fez um pronunciamento, o Deputado Nereu, nós temos que trabalhar pelo NÃO.

O cidadão tem a sua arma registrada, controlada, o Governo sabe onde estas armas estão. O marginal não pode comprar arma em loja porque a ficha dele é suja, então ele compra no contrabando, via Paraguai, vai à Argentina, compra arma raspada e esta arma o Governo não controla!

Existem, no Brasil, dois milhões e meio de pessoas que possuem armas registradas. Então o Governo, a União, sabe que existem dois milhões e meio de armas, sabe onde elas estão, meio por cento da população tem armas, meio por cento de pessoas com bons antecedentes, com residências fixa, com trabalho, estas pessoas não cometem crime e quando comete, ela também passará pelo rigor da lei.

O que não podemos conceber é: desarmar a população de bem, ela ande armada ou não, ou guarde a arma em casa e deixar o bandido armado! Tem que desarmar o bandido!

E a oligarquia da segurança, algumas pessoas que defendem o desarmamento, andam com segurança armada, eles podem pagar o segurança! Eu não posso, V. Exa. também não pode! Então, aquele Deputado, aquele

Parlamentar, aquelas pessoas que acham que têm que desarmar a população, por que os seguranças deles não vão no braço também, desarmados?

Isso é um grande equívoco nacional; temos que alertar à nossa população brasileira para não cair em mais um engodo. Já tivemos há dois anos e meio atrás um grande engodo; não precisamos ter mais um, agora!

Muito obrigado.

#### **O Sr. Augustinho Zucchi (PDT)**

Deputado José Maria, quando nós votamos esta matéria aqui na Casa, porque nós também temos que saber que votamos isso aqui, eu conversei com o proponente, Deputado Ratinho Júnior e solicitei dele quais as justificativas, porque, Deputado Bradock, esta justificativa caolha de que a arma representa a violência, eu também não acho isso.

V. Exa. falou, o Deputado Nereu Moura falou também, todos aqui já colocaram, o Deputado José Maria acaba de se pronunciar na tribuna, na verdade as pessoas de bem, as pessoas que têm endereço definido, trabalho definido, enfim nós sabemos que a grande massa de violência que tem no País não vem dessas pessoas, e me apresentou ele um estudo de acidentes ocasionados com arma de fogo, em casa. Mas ora, isto eu acho uma outra coisa, eu acho que inclusive o País poderia inclusive gastar este dinheiro, que vai gastar numa campanha de esclarecimento com relação à questão do uso, manutenção e porte de arma de fogo.

Agora, nós não podemos transformar a arma em sinônimo de violência, porque o que não está sendo dito é o seguinte: a arma muitas vezes é sinônimo de defesa, também. Então, acho que é bom discutirmos isso aqui. Talvez tivéssemos que ter travado essa discussão quando foi votado o projeto.

Acho que V. Exa. é feliz ao colocar isso na tribuna na tarde de hoje, porque não é possível irmos a um plebiscito, a um referendo, onde vai se colocar: quem tem arma é violento, e o bandido, é que é o grande vetor de violência no Brasil e em qualquer lugar do mundo.

Então, acho que procede o seu pronunciamento. Acho que temos que debater esse assunto aqui, a despeito de termos uma lei, aqui.

Agora, gastar quinhentos milhões para fazer a propaganda de um evento como esse que vai acontecer no País, acho que nós que temos a obrigação da representação, temos que discutir com profundidade.

#### **O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)**

Agradeço o aparte.

Quando votamos a lei do Deputado Ratinho Júnior, nós votamos para desarmar, mas não foi para impedir. Hoje estamos, fazendo plebiscito para impedir a comercialização e a posse de arma! É diferente!

Vamos precisar discutir mais, e acho que esta é uma discussão que precisamos levar à sociedade para que

ela possa compreender bem qual vai ser a decisão e a função dela, lá, para não cair num engodo.

Agradeço, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

### ***Horário das Lideranças:***

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Liderança do PDT. Sr. Deputado Barbosa Neto.

### ***Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto***

**O SR. BARBOSA NETO**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Vários municípios paranaenses estão discutindo a responsabilidade sobre a exploração dos serviços de água e esgoto em todo nosso Estado. Alguns contratos que tinham a duração de 30 anos, com a SANEPAR, que encampou esses serviços em vários municípios, estão vencendo, alguns já venceram. Em alguns municípios como Londrina, os contratos são precários; foram renovados emergencialmente.

Mas, cabe neste momento tão importante, trazer à discussão nesta Casa a relação custo/benefício desse tipo de relação dos Municípios com a SANEPAR. Estive na última semana, por exemplo, no SAAE (Serviço de Água e Abastecimento e Esgoto) no Município de Jataizinho, um pequeno município na Região Metropolitana de Londrina, com onze mil habitantes. Ali existem 3400 ligações de água ou esgoto onde o serviço municipalizado cobra uma tarifa de R\$ 12,90 incidindo sobre o consumo, a taxa de esgoto no valor de 60%.

Cidades como Londrina, Maringá, Curitiba a incidência desse percentual de consumo pela conservação de esgoto é de 85%, 60% contra 85%, 25% de diferença. Enquanto que em Jataizinho a tarifa mensal sobre água e esgoto é de R\$ 12,90 as grandes cidades paranaenses no consumo mínimo de 10m<sup>3</sup> têm uma taxa de R\$ 29,43. Mais do que o dobro. E ainda, neste mesmo município onde não existe a ligação de esgoto, a tarifa mensal é de R\$ 8,06. E nessas outras grandes cidades e em vários outros municípios o que a SANEPAR cobra onde não é municipalizado é justamente o dobro, ou seja, R\$ 16,35. Isso, sem contar que nos municípios menores ainda há a tarifa social que chega a R\$ 4,84, como é o caso na cidade de Jataizinho.

Em Londrina, a SANEPAR está há trinta anos com esse contrato, que encampou o serviço municipalizado de água e esgoto. E a pergunta que se faz neste momento é: é vantagem para um município estar à mercê da SANEPAR, que vem explorando os seus usuários com uma tarifa o dobro ou o triplo, em alguns casos, do que seria normalmente cobrado se o serviço fosse municipalizado?

Eu tenho aqui em minhas mãos um relatório de vários municípios onde o serviço é municipalizado e onde a SANEPAR cobra quase R\$ 30,00 mensais, por exemplo, numa cidade como Bandeirantes, para o con-



sumo mínimo de dez metros cúbicos mensais, o valor da tarifa é de R\$ 4,90. R\$ 4,90, infinitamente inferior aos quase R\$ 30,00 que cobra a SANEPAR. Se levantássemos aqui os dados do Município de Presidente Castelo Branco, por exemplo, a tarifa mensal cobrada pelo serviço municipal de água e esgoto é de R\$ 3,85. Quase dez por cento menos do que cobra a SANEPAR. Em Dr. Ulysses, R\$ 5,50. Entre Rios do Oeste, cobra R\$ 4,93 para um consumo de quinze metros cúbicos. Cinco metros cúbicos superior ao que é cobrado por aí.

E aí, são vários municípios: Flórida, cobra R\$ 4,50; Alvorada do Sul, R\$ 8,00; Ipirorã, R\$ 7,48 e possui um dos melhores sistemas de água do Brasil, com uma água de altíssima qualidade, água mineral, inclusive, segundo os especialistas. Itambaracá R\$ 4,80. Essa discussão, é necessário ser feita, porque nos últimos onze anos, a SANEPAR, que em julho de 94 cobrava R\$ 6,19 pela tarifa mínima, hoje cobra R\$ 16,35. Uma variação de 164,14%, enquanto, por exemplo, já fazendo a comparação com a cidade de Jataizinho que em julho de 94 cobrava R\$ 4,80, hoje cobra R\$ 8,06. Teve uma variação de 67,92% ou seja, a SANEPAR incrementou mais de 100% de reajuste em cima da variação normal de uma cidade como Jataizinho.

Por que aumentar tanto esse valor? Por que cobrar tão caro? V. Exas. podem até questionar: “não, os investimentos que a SANEPAR faz na cidade de Londrina, em Curitiba e ou em outras cidades é proporcionalmente igual àquilo que arrecada”.

Não, não é isso, senhoras e senhores, o que nós constatamos através desse balanço de dados que estamos trazendo na tarde de hoje a esta Assembléia Legislativa! Nós defendemos o serviço municipalizado, como acontece em Porto Alegre, em Campinas e em outros municípios brasileiros!

A própria Lei Federal 5.296, que é uma espécie de Plano Nacional de Saneamento e que vai regular o sistema de saneamento no Brasil, indica, através da instituição das Diretrizes de Saneamento Básico, que esse serviço deve ser municipalizado. É por isso que nós trazemos, na tarde de hoje, essa discussão que é amplamente pertinente. Não podemos deixar que os contratos sejam renovados de forma precária, sem que haja o debate claro com a sociedade paranaense, com a sociedade brasileira. Sem contar que a SANEPAR adota um método para fazer a decantação do cloro em contato com produtos orgânicos, da própria água que vem do rio, provocando uma reação química,

liberando uma substância altamente cancerígena, chamada trihalometano. Não há interesse da mídia em trazer uma discussão como essa, porque na maioria das vezes o Governo do Estado, é o maior anunciante das emissoras de rádios, dos jornais e das televisões.

Mas nós estamos indo aqui, na contramão da história, malhando em ferro-frio, até que a sociedade parana-

ense acorde para esses graves problemas que acabam culminando com a exploração da sociedade brasileira e, nesse caso, da sociedade paranaense.

Existe uma lei de concessões, que exige que seja feito um relatório municipalizado, ano a ano, ou mês a mês. Isso é desrespeitado pela SANEPAR! O Governo, inclusive, intimida os municípios, dizendo que irá cortar as verbas governamentais de repasse normal ou dos programas, o que é sumariamente proibido. Os municípios pequenos não têm conhecimento jurídico dessas causas e acabam cedendo! Essa manobra ardilosa do Governo, precisa ter um fim!

É por isso que nós aqui subimos, na tarde de hoje! Não descansaremos enquanto esse assunto não for amplamente debatido com a sociedade paranaense. As leis de concessões rezam de que todo o investimento deve obrigatoriamente retornar à origem, ou seja, ao poder concedente. No caso, o município que encamparia este patrimônio investido, na verdade, com o dinheiro dos próprios municípios. É o chamado lucro cessante.

Portanto, Sr. Presidente, nós voltaremos a trazer a esta Casa de Leis, numa próxima oportunidade, quando tivermos mais tempo, esse debate, que eu reputo, é de suma importância para a população paranaense.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Horário da Liderança do PT, PSDB, Liderança do Governo, Liderança da Oposição.

(**Declinam**)

### ***Ordem do Dia:***

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 31 Srs. Deputados.

### ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, indicação nº 036/2005, de autoria do Sr. Deputado Ailton Araújo, constante do expediente, sugerindo a criação do programa de incentivo aos produtores que substituam o plantio de fumo por outras culturas no âmbito do Estado do Paraná. À **Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk, devidamente apoiado, constante do expediente. À **Diretoria Legislativa.**

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

## Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### Redação Final

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 221/2003, de autoria do Deputado Fernando Ribas Carli, que estabelece o parcelamento dos débitos referentes a multas de trânsito no Estado do Paraná em até 24 parcelas e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 221/2003  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a promover o parcelamento dos débitos referentes a multas de trânsito em até 24 (vinte e quatro) parcelas.

§ 1º O não pagamento de quaisquer parcelas nos prazos fixados implicará na imediata exigência do saldo devedor, prevalecendo os benefícios desta lei somente no que se refere aos valores das parcelas pagas.

§ 2º O valor mínimo de cada parcela não poderá ser inferior a R\$ 25,00 (vinte e cinco reais).

§ 3º O disposto neste artigo não enseja a restituição ou compensação de pagamentos já efetuados.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.09.2005.  
(aa) CESAR SELEME - Presidente  
NELSON JUSTUS - Relator

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei Complementar nº 118/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem 010/2005, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 01, de 02.08.72, que dispõe sobre o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais - CCRF, conforme específica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 118/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º A Lei Complementar nº 01, de 02 de agosto de 1972, que dispõe sobre o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais - CCRF, com as alterações introduzidas pelas Leis Complementares nº 18, de 29 de dezembro de 1983, nº 36, de 30 de março de 1987, nº 45, de 24 de

maio de 1989 e nº 78, de 28 de junho de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Alteração 1ª - O título do Capítulo III passará a denominar-se “Da Representação da Fazenda Pública Estadual”.

Alteração 2ª - A letra “b” do artigo 2º - passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º...

a)...

b) representação da Fazenda Pública Estadual;”

Alteração 3ª - O artigo 9º passa a ter a seguinte redação:

“Art. 9º Junto ao CCRF oficiam dez representantes da Fazenda Pública Estadual, sendo nove servidores da Secretaria da Fazenda e um Procurador do Estado indicado pelo Procurador Geral do Estado, todos designados pelo Secretário da Fazenda e por ele livremente demissíveis.

§ 1º A designação dos servidores da Secretaria da Fazenda recairá naqueles de reconhecida idoneidade e competência em matéria tributária, os quais, enquanto servirem no CCRF, poderão ser dispensados de suas funções ordinárias.

§ 2º A designação do Procurador do Estado será privativa daqueles lotados na Procuradoria Fiscal, que servirão no CCRF sem prejuízo de suas funções ordinárias.”

Alteração 4ª - O artigo 10 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 10. Os representantes da Fazenda Pública Estadual, terão assento junto ao Plenário, sem direito a voto.

§ 1º Os representantes da Fazenda Pública Estadual terão direito à vantagem de que trata o *caput* do artigo 5º, sem prejuízo do disposto nos seus parágrafos 1º e 2º.

§ 2º As questões administrativas de interesse dos representantes da Fazenda Pública Estadual serão decididas ou encaminhadas, conforme o caso, ao Governador, pelo Secretário da Fazenda ou pelo Procurador Geral do Estado.”

Alteração 5ª - O *caput* do artigo 11 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 11. Aos representantes da Fazenda Pública Estadual compete fundamentalmente:”

Alteração 6ª - O artigo 13 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 13. Os recursos serão recebidos e protocolizados na Secretaria do CCRF, sendo distribuídos à Representação da Fazenda Pública Estadual no prazo de até 05 (cinco) dias contados do recebimento.

§ 1º O representante da Fazenda Pública Estadual terá o prazo de 15 (quinze) dias para estudo dos processos que lhe forem distribuídos devendo, nesse prazo, devolvê-lo à Secretaria, com parecer ou pedido de diligência, dirigido ao Presidente do CCRF.

§ 2º No retorno dos processos em diligência a Secretaria abrirá nova vista ao representante da Fazenda Pública Estadual pelo prazo de 8 (oito) dias.”

Alteração 7ª - O artigo 14 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 14. Com o parecer do representante da Fazenda Pública Estadual, o processo será distribuído a um relator, que dele terá vista pelo prazo de 15 (quinze) dias, podendo, nesse prazo, solicitar ao Presidente diligência externa.”

Alteração 8ª - O artigo 18 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 18. É facultado aos Vogais e aos representantes da Fazenda Pública Estadual pedir vista do processo durante o julgamento, pelo prazo de 5 (cinco) dias.”

Alteração 9ª - O artigo 25 passa ter a seguinte redação:

“Art. 25. O recurso à última instância, de decisões não unânimes e contrárias à Fazenda Pública Estadual, caberá ao representante da Fazenda Pública Estadual, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de publicação do acórdão no Diário Oficial do Estado.”

Alteração 10ª - O parágrafo 8º do artigo 3º passa a ter a seguinte redação:

“§ 8º Os suplentes serão convocados pelo Presidente do CCRF para participar das sessões das Câmaras quando houver acúmulo de processos, integrando a sua composição e atuando nos julgamentos.”

Art. 2º O *caput* do artigo 5º e seu parágrafo 4º passam a ter a seguinte redação:

“Art. 5º Os membros do Corpo Deliberativo terão assegurados todos os direitos e vantagens dos cargos que ocupam e relativos à função pública, sendo o caso, como se no seu efetivo exercício estivessem, e, a título de encargo adicional, perceberão uma gratificação de até R\$ 200,00 (duzentos reais) por sessão, até no máximo de 20 sessões.”

...

§ 4º O Presidente do Conselho perceberá, ainda, a título de representação, uma gratificação de R\$ 600,00 (seiscentos reais).”

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 31.08.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

### 3ª Discussão

#### ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 320/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que dá providências com referência à cobrança do consumo de energia elétrica na zona rural. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CF. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda. **Aprovada.** Projeto. **Aprovado.**

### 2ª Discussão

#### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 209/2005, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública o PROVOPAR Municipal de Fernandes Pinheiro, com sede e foro no Município de Fernandes Pinheiro. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.** Emenda. **Aprovada.**

#### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 392/2005, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que altera a Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto de Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. (Acrescenta inciso ao artigo 55 e item ao artigo 56). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2575, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões, do Projeto de Lei nº 392/2005.

#### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 430/2005, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que institui o Dia do Doutor Daisaku Ikeda no Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 435/2005, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública o Lar dos Velhinhos São João Batista de Moreira Salles, com sede em Moreira Salles e foro no Município de Goioerê. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 436/2005, de autoria da Deputada Elza Correia, que declara de Utilidade Pública a Associação Shekiná - Centro de Reabilitação do Deficiente Físico, com sede e foro no Município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 480/2005, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que institui o Dia do Profissional de Educação Física, no Estado do Paraná, a ser comemorado anualmente no dia primeiro de setembro. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 10**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 482/2005, de autoria do Deputado Ailton Araújo, que declara de Utilidade Pública a entidade Associação de Membros da Igreja do Evangelho Quadrangular, com sede em Araruna e foro no Município de Peabiru. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 11**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 490/2005, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação Comercial e Empresarial de Porecatu - ACEP, com sede e foro no Município de Porecatu. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 12**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 014/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera a redação do Regimento Interno da Escola do Legislativo aprovado através da Resolução nº 009/2003. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. **Aprovado, artigo por artigo.**

**Discussão Única (Indicação)****ITEM 13**

DISCUSSÃO ÚNICA - do Indicação nº 035/2005, de autoria do Deputado Reni Pereira, que sugere que a Secretaria de Estado da Fazenda realize Estudos visando à criação de Inspetorias Especiais de Fiscalização e Controle do ICMS, próximas às zonas primárias de Curitiba, Foz do Iguaçu, Paranaguá e Santa Helena. **Aprovada. (Publ. no DA nº 088/2005 de 29.08.2005).**

**Requerimentos**

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sobre a mesa Requerimento nº 2596, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata)**

Requerimentos nºs 2576 e 2577, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2571, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2572, 2573 e 2574, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2578, de autoria do Sr. Deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2579 e 2580, de autoria do Sr. Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2581 e 2585, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

**Encerramento da Sessão:**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 06 à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 320, 430, 435, 436, 480, 482, 490/2005 e do de Resolução nº 014/2005.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 209/2005.

Levanta-se a Sessão.

**Transcrição:**

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO DOBRANDINO DA SILVA, EM SESSÃO DO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2005.

**“Discurso proferido pelo Governador  
Roberto Requião, na abertura da Semana da Pátria,  
em 1º de setembro de 2005”**

Agência Estadual de Notícias

Em meus tempos de criança, a Semana da Pátria eram os dias de glória do Conde Afonso Celso. Eram os dias da gente reler, recitar, discorrer sobre o “por que me ufano do meu país”. O livro do Conde embalou por muitas e muitas décadas os nossos sonhos de criança.

Há muito tempo que o Conde saiu de moda. Há muito tempo que sua visão idílica, romântica e otimista deixou de povoar as nossas fantasias. A realidade de hoje, tão dura, às vezes tão cruel e quase sempre desalentadora, parece impedir a abertura de espaços, laivos que sejam, para os devaneios de Afonso Celso.

De fato. Como soltar a imaginação, como fazer poesia sobre a exuberância das nossas matas, como falar de regatos murmurantes, de céus estrelados, dos verdes mares bravios, das riquezas infindas, em tempos como esses que nos dão a viver?

Ainda que não seja uma época apropriada à poesia, aos arroubos do Conde, aos fervores do romantismo ufanista, mesmo assim, é preciso sonhar. Mais do que sonhar, é preciso fazer. É preciso reavivar em nossas almas, em nossos corações, em nossos pensamentos, os sentimentos de brasilidade, do orgulho de ser brasileiro.

Costumo dizer que sou do tempo em que o hino nacional, a bandeira brasileira e datas como sete de setembro, despertavam em nós um frêmito, uma emoção muito forte.

Hoje, como falar da Pátria, como falar do Brasil, da nacionalidade, se há tantas décadas, especialmente na última, tudo é feito para descaracterizar a idéia de nação?

A desnacionalização de nossa economia, a venda de nossas empresas - públicas ou privadas - a nossa inserção no mercado global, não como protagonista, mas como fornecedor de matéria prima e mão-de-obra barata, tudo isso correspondeu uma “desnacionalização” dos nossos sentimentos. Perdemos o orgulho de sermos brasileiros. Dissolveu-se a nossa identidade. As manifestações culturais, tão nossas, tão características, foram suplantadas pela “indústria cultural global” e seus enlatados.

Os nossos meios de comunicação, a grande mídia, os editorialistas dos estadões, dos nossos ínclitos semanários, os nossos intelectuais estandardizados pela globalização, e os alegres moças e rapazes que se dizem “animadores culturais” também abduzidos pela cultura global - ah, é claro - os nossos bravos rapazes e moças que se dizem “comentaristas econômicos”, todos eles não perdem oportunidade para tentar ridicularizar, diminuir, desclassificar, ofender, agredir os que se dizem nacionalistas, que não têm medo de se proclamarem patriotas, que se orgulham de ser brasileiros.

Estranho tempo este em que as pessoas se constroem, fogem de manifestar publicamente os seus sentimentos patrióticos, a sua sobrançeria nacionalista. Não é para menos. Lendo jornais, revistas, assistindo televisão, ouvindo rádio, indo ao cinema, e verificando a que ponto chegou a desnacionalização das manifestações culturais, fico pensando como as nossas crianças, os nossos jovens vão se relacionar com os conceitos de nação, pátria, com a identidade brasileira. É assustador.

É toda uma geração criada e educada distante de seu próprio país. Da história de seu país. Toda uma geração embalada pelo mercado, pelo tal do mercado, deus supremo cujos humores procuram reger as graças e as desgraças - mais estas do que aquelas - do nosso mundo.

Há muita gente preocupada com a conjuntura, com os fatos do dia, com as manchetes de hoje, com as denúncias da hora, com os mensalões. Nesta Semana da Pátria, certamente ouviremos muitos discursos, leremos muitos artigos de fundo dos jornalões - com a profundidade de um dedal - relacionando a conjuntura e os sentimentos nacionais. Arengas diversionistas, para emgambelar os incautos e fugir do que é principal.

O que vemos aí - os tais mensalões - são sintomas, efeito, decorrência e não causa. São distrações, mais uma novela de sucesso garantido, com todos os ingredientes dos folhetins globais.

Enquanto isso, enquanto a nação vê a Pátria desvalida mais uma vez expor as suas misérias morais. Enquanto a secretária diz que vai posar nua e o confidente anuncia uma auto-biografia. Enquanto os que frau-

daram ontem, compraram votos ontem, inventaram e engordaram caixas-2 ontem, posam hoje de vestais, de éticos, de moralistas. Enquanto a Pátria mãe gentil vê o picadeiro armado e todos concentrados no triste espetáculo. Enquanto isso, sangram as nossas veias para produzir o superávit primário e ensacar mais alguns bilhões de dólares para pagar os juros de uma dívida tão comprida, que ninguém sabe o começo, que ninguém sabe o fim, que ninguém sabe a origem, que ninguém sabe se ela existe ou é mais um fantasma a percorrer essa Macondo em que se transformou o terceiro mundo, esse fim de mundo.

Enquanto isso, vinte mil rentistas se locupletam desses juros abomináveis, com a sempre prestimosa ajuda dos jornalões, procurando as virtudes do Ministro e dos fundamentos da política econômica praticada com tanto zelo e dedicação pelo terceiro mandato presidencial consecutivo.

Enquanto isso, aceleram-se a formulação de reformas para nos reduzir de vez a um simples entreposto comercial, fornecedor de matéria prima e de mão-de-obra barata. Meus irmãos, se estes são os dias que nos dão a viver, caso sejam assim tais dias, vamos simplesmente baixar a cabeça e como ovelhas caminharmos codatos ao patíbulo?

Acredito que não exista uma ocasião melhor do que a Semana da Pátria para, mais uma vez, proclamarmos a nossa decisão de resistir e lutar.

Não somos um mercado, não somos uma feitoria, não somos uma colônia. Somos um país. E mais do que um país, somos o Brasil. E aqui caberia muito bem reconvocar o Conde Afonso Celso, para ouvir dele que poucos países do mundo possuem as riquezas e as potencialidades do Brasil. É inacreditável que um país assim encontre-se na entaladela em que os seus governantes o acuraram.

Há outro caminho. Um caminho que passa pela recuperação e afirmação de nossa identidade, brasileiros que somos. Que todas as nossas riquezas, que essas fantásticas riquezas que a natureza proveu o Brasil tenham como beneficiário o nosso povo, os nossos trabalhadores. Que a política econômica seja arte de distribuir rendas, criar empregos, gerar o bem estar e a felicidade da nossa gente.

Que a generosa utopia de uma sociedade mais igual, fraterna, solidária, feliz, que imolou tantos bravos brasileiras e brasileiros, que enforcou Tiradentes e fuzilou o Frei Caneca, que sacrificou Zumbi e massacrou Cunhambebe, reviva hoje em nossa decisão de resistir, lutar e avançar.

Há outro caminho. Que sejamos fortes para percorrê-lo. Que sejamos decididos para conquistá-lo. Que sejamos convincentes para sensibilizar mentes e corações. Que sejamos inteligentes para transformá-lo em realidade.

Comecei esta conversa com vocês citando um dos autores de minha infância, o Conde Afonso Celso. E

quero concluir citando um outro autor que marcou o início de minha vida escolar, Gonçalves Dias, no poema Canção do Tamoio. É uma conclamação mais do que nunca atual, mais do que nunca necessária:

Não chores, meu filho;

Não chores, que a vida

É luta renhida:

Viver é lutar.

A vida é combate,

Que os fracos abate,

Que os fortes, os bravos,

Só pode exaltar.

Somos brasileiros. Somos bravos, somos fortes. E

nada impedirá a nossa decisão de mudar esse país.

## ***Publicações:***

### ***Comissão Executiva***

#### ***Atos***

##### **ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 408/2005**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 6215, datado de 16 de agosto de 2005, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

determinar, a Diretoria de Pessoal, a exclusão do desconto do Imposto de Renda na Fonte dos proventos de JOGUIBE MANSUR, matrícula nº 312, portador do RG nº 303.975-PR, e do CPF nº 109.408.559-68, funcionário aposentado do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, no cargo de Procurador, 3ª Classe, nível PR-3, com base no Laudo Médico nº 048/2005, expedido por junta médica desta Casa, e na forma do artigo 39, inciso XXXIII, do Decreto Federal nº 3000, de 26 de março de 1999, combinado com o artigo 5º, inciso XII da Instrução Normativa nº 15/2001, da Secretaria da Receita Federal.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23.08.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

##### **ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 409/2005**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5572, datado de 25 de julho de 2005, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

determinar à Diretoria de Pessoal, a exclusão de desconto do Imposto de Renda na Fonte dos proventos de FARID LUIZ GUERIOS, matrícula nº 480, portador do RG nº

428.045 e do CPF nº 007.089.929-00, funcionário aposentado do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, no cargo de Consultor Técnico Legislativo, nível CTO, com base no Laudo Médico nº 044/2005, expedido por junta médica desta Casa, e na forma do artigo 39, inciso XXXIII, do Decreto Federal nº 3000, de 26 de março de 1999, combinado com o artigo 5º, inciso XII da Instrução Normativa nº 15/2001, da Secretaria da Receita Federal.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23.08.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

##### **ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 410/2005**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5577, datado de 25 de julho de 2005, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

determinar à Diretoria de Pessoal, a exclusão de desconto do Imposto de Renda na Fonte dos proventos de PIRAJÁ FERREIRA, matrícula nº 50072, portador do RG nº 353.632 e do CPF nº 114.057.249-00, pensionista desta Assembléia Legislativa, na condição de ex-Parlamentar, com base no Laudo Médico nº 043/2005, expedido por junta médica desta Casa, e na forma do artigo 39, inciso XXXIII, do Decreto Federal nº 3000, de 26 de março de 1999, combinado com o artigo 5º, inciso XIII da Instrução Normativa nº 15/2001, da Secretaria da Receita Federal.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23.08.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

### ***Diretoria Geral***

#### ***Portarias***

##### **PORTARIA Nº 75/2005**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5578, datado de 25 de julho de 2005, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

conceder licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, JUAREZ DE QUADROS GONÇALVES, matrícula nº 513, de sessenta (60) dias, a partir de 19 de julho de 2005, CID. 10 e 14, 127.0 e 78.8, F32.9 e N40.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23.08.2005.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

**PORTARIA Nº 76/2005**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6228, datado de 17 de agosto de 2005, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, BERNARDO FELICE BERTOLDI, matrícula nº 40376, de sessenta (60) dias, a partir de 30 de julho de 2005. CID. 10 E66-8.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24.08.2005.

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

**PORTARIA Nº 77/2005**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6347, datado de 19 de agosto de 2005, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, ELAINE MARIA ASSIS CORREIA, matrícula nº 40485, de quarenta e cinco (45) dias, a partir de 12 de julho de 2005, CID. 10 I83.9.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24.08.2005.

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

**Portaria DAT****PORTARIA Nº 023/2005**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo

com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 19 da Lei nº 14.600 de 27 de dezembro de 2004,

**R E S O L V E :**

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 14.600, de 27 de dezembro de 2004, nas rubricas abaixo:

**REDUÇÃO DA DESPESA**

Código	P/A	Fonte	Valor
4490 5100	2000	100	7.700.000,00
Total			7.700.000,00

**ACRÉSCIMO DE DESPESA**

Código	P/A	Fonte	Valor
3190 1100	2000	100	6.000.000,00
3190 1300	2000	100	1.500.000,00
3190 9400	2000	100	150.000,00
3390 4100	2000	100	50.000,00
Total			7.700.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 02.08.2005.

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

Visto:

Deputado Nereu Moura - 1º Secretário

